

## CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DE VÍNCULOS NO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA PMDF

Fernando Eduardo Ramos Paz<sup>1</sup>

### RESUMO

A Atividade de Inteligência está em ascendência na importância organizacional das diversas corporações. Na segurança pública a Inteligência segue o mesmo caminho, tendo capacidade de influenciar no processo decisório do gestor com o provimento de vários níveis de assessoramento, o que a torna uma das mais importantes ferramentas para quem toma decisão no cenário de segurança pública. Nesse caminho, no Ciclo de Produção do Conhecimento, as técnicas acessórias têm papel fundamental para que esta análise consiga compreender e extrair informação precisa. Por sua vez, a técnica acessória de Análise de Vínculos, com sua metodologia própria, tem sua importância incrementada com o advento das integrações de bancos de dados corporativos. Dessa maneira a presente pesquisa teve por escopo analisar de que forma o Centro de Inteligência da PMDF pode consolidar a metodologia de Análise de Vínculos na produção do conhecimento. Analisamos a formação dos sistemas de inteligência na esfera federal e distrital, com suas estruturas e legislações de criação. Passamos pelo Ciclo da Atividade de Inteligência - CAI, a Metodologia de Produção do Conhecimento - MPC e analisamos a técnica acessória de Análise de Vínculos - AV. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados artigos, legislações, obras, e outras pesquisas. Um questionário foi distribuído aos chefes das Agências de Inteligência das Policiais Militares. A conclusão do presente trabalho é de que as Polícias Militares do Brasil, em suas Agências de Inteligência, estão investindo e fomentando a especialização em Técnicas Acessórias, como a Análise Criminal, Análise de Vínculos e Análise de Risco. No que concerne ao tema específico do trabalho, temos que poucas polícias militares têm uma seção exclusivamente dedicada à Análise de Vínculos. No caso da PMDF, por meio de seu Centro de Inteligência, verificamos ser muito importante seguir nesse mesmo caminho e fomentar a criação de uma estrutura especializada em Análise de Vínculos, com policiais especializados, por meio de cursos e instruções e softwares específicos contratados, além de uma gestão no sentido de agregar os vários bancos de dados disponíveis, sejam os próprios da instituição, sejam os disponibilizados por meio de acordos de cooperação.

**Palavras-chave:** Inteligência, Metodologia da Produção do Conhecimento, Polícia Militar, Análise de.

---

<sup>1</sup> Major da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) com formação em Direito.

---

**CONSOLIDATION OF DATA ANALYSIS IN PMDF INTELLIGENCE****ABSTRACT**

The Intelligence Activity is on the rise in the organizational importance of different corporations. In public security, Intelligence follows the same path, having the capacity to influence the decision-making process of the manager with the provision of several levels of advice, which makes it one of the most important tools for decision-makers in the public security scenario. In this way, in the Knowledge Production Cycle, the accessory techniques play a fundamental role so that it can understand and extract the best possible information from its analysis. In turn, the accessory technique of Link Analysis, with its own methodology, has increased in importance with the advent of corporate database integrations. Thus, this research aimed to analyze how the PMDF Intelligence Center can consolidate the Linkage Analysis methodology in the production of knowledge. We analyze the formation of intelligence systems at the federal and district level, with their structures and creation legislation. We went through the Intelligence Activity Cycle, the Knowledge Production Methodology and we analyzed the accessory technique of Intelligence Analysis. For the development of the research, legislation, works, articles and other academic research were used. A questionnaire was distributed to the heads of the Military Police Intelligence Agencies. The conclusion of the present work is that the Brazilian Military Police, in their central intelligence agencies, are investing and promoting specialization in Accessory Techniques, such as Criminal Analysis, Intelligence Analysis and Risk Analysis. With regard to the specific theme of the work, we have that few military police officers have a section exclusively dedicated to Intelligence Analysis. In the case of the PMDF, through its Intelligence Center, we found it very important to follow this same path and foster the creation of a specialized structure in Intelligence Analysis, with specialized police officers through courses and instructions and specific contracted software, in addition to a management in the sense of aggregating the various databases available, whether the institution's own or those made available through cooperation agreements.

**Keywords:** Intelligence, Military Police, Knowledge Production Methodology Analysis.

---

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABIN** – Agência Brasileira de Inteligência
- AC** – Análise Criminal
- AI** – Atividade de Inteligência
- AR** – Análise de Risco
- AV** – Análise de Vínculos
- CAI** – Ciclo da Atividade de Inteligência
- CIA** – Central Intelligence Agency
- DNISP** – Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
- FBI** – Federal Bureau of Investigation
- ISP** – Inteligência de Segurança Pública
- MPC** – Metodologia de Produção do Conhecimento
- ODNI** – Office of The Director of National Intelligence
- SFICI** – Serviço Nacional de Informações e Contrainformações
- SISBIN** – Sistema Brasileiro de Inteligência
- SISP** – Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
- SNI** – Serviço Nacional de Informações
- TAD** – Técnica de Avaliação de Dado

## 1 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA (AI)

A Atividade de Inteligência tem seus relatos nos mais remotos tempos de nossa história. Dos textos bíblicos, passando por grandes impérios e depois nas guerras modernas, os agentes designados para o serviço de inteligência sempre procuravam dotar seus governantes ou chefes militares de informações fidedignas sobre qualquer ente antagônico. Caminhando nesse sentido, o sistema de inteligência contemporâneo, com suas agências consolidadas, tomou sua forma atual com o transcurso da segunda guerra mundial e criou proporções gigantescas com o advento da Guerra Fria<sup>2</sup>.

No Brasil, a atividade de inteligência remonta ao governo do Presidente Washington Luiz, que para suprir seu governo de informações importantes para sua gestão criou o Conselho Nacional de Defesa, em 1927. A partir de então, em 1946, um ano após o fim da Segunda Guerra, temos a criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI, seguido pelo Serviço Nacional de Informações - SNI e atualmente, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN<sup>3</sup>, que é a Agência Central de Inteligência do Governo Federal.

Coordenado pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e composto por diversos órgãos federais, o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN foi instituído pela Lei 9.883/1999 com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no Brasil. A mesma lei traz em seu artigo 1º, parágrafo 2º, um conceito de Atividade de Inteligência:

Art. 1o - Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de Inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. § 1o -... § 2o - Para os efeitos de aplicação desta Lei, entende-se como Inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

A Inteligência, em um espectro mais restrito, tem por função coletar os dados existentes e com eles produzir conhecimentos relevantes e oportunos para a autoridade que tem o poder de decidir. Este decisor, por sua vez, vai avaliar o conhecimento produzido e junto com

<sup>2</sup> A Guerra Fria é o nome dado ao período histórico de disputas e conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética, no período pós Segunda Guerra Mundial, em 1945 e a dissolução da União Soviética em 1991.

<sup>3</sup> A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e é subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI.



outras conjunturas de seu conhecimento, decidir.

Outra importante definição de Atividade de Inteligência é trazida por CEPIK (2003, p.27-28), que a descreve como toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisão e se diferencia da mera informação por sua capacidade explicativa e/ou preditiva.

Os campos de atuação da atividade de inteligência são os mais diversos. Podemos citar como exemplo a Inteligência Financeira, Inteligência Social, Inteligência de negócios (*Business Intelligence*), Inteligência Militar etc. Quando essa adaptação tem o seu foco no campo da Segurança Pública, passamos a identificar a matriz de Inteligência de Segurança Pública (ISP).

## 2 INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP)

A Inteligência de Segurança Pública - ISP é o braço da atividade de inteligência voltado para atender as necessidades de assessoramento dos gestores da Segurança Pública. A ISP tem suas características e peculiaridades pautadas de forma mais assertiva após a publicação da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP<sup>4</sup>. No âmbito do Ministério da Justiça, o Decreto 3.695/2000 criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP<sup>5</sup> e instituiu a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública - DNISP, em que as inteligências das polícias militares estão inseridas.

A Inteligência de Segurança Pública - ISP tem o seguinte conceito encerrado na DNISP, BRASIL (2014, p.13):

A atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os tomadores de decisão, para o planejamento e execução de uma política de Segurança Pública e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza que atentem à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O assessoramento de inteligência prestado na ISP é subdividido pela doutrina em quatro níveis. Na DNISP (2014, p.16) eles são elencados como Político, que é o assessoramento

<sup>4</sup> Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, aprovada pela Portaria nº 2 de 12 de janeiro de 2016 – SENASP.

<sup>5</sup> Decreto 3.695/2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências.



voltado para o planejamento e desenvolvimento das políticas de Segurança pública; o Estratégico, que assessora o planejamento para implementação das estratégias de políticas de segurança pública; o Tático, que tem por escopo assessorar o acompanhamento e a execução das ações táticas para implementação das políticas de segurança pública e, por fim, o Nível Operacional, que assessora o planejamento, o acompanhamento e a execução de ações operacionais.

Para Barbosa (2012, p.14), temos um conceito de ISP dividido em duas vertentes:

A Atividade de Inteligência de Segurança também há de ser entendida como um instrumento de suporte do processo decisório do gestor da Segurança Pública na tomada de decisões de repercussão de alcance macro. Neste sentido, a Atividade de Inteligência Policial pode ser compreendida sob dois prismas, a saber: um de natureza tática, adstrita diretamente à prevenção imediata de práticas delituosas e repressão criminal, e outro de essência estratégica, vinculada a ações de perspectiva igualmente estratégica com análise de cenários e prospecção.

Nesse sentido, cabe trazer para a Inteligência de Segurança Pública o conceito jurídico previsto em lei que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, o qual relata que a atividade de inteligência deve ser desenvolvida, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado (Parágrafo Único do art. 3º da Lei 9.883/1999).

Em razão das diversas peculiaridades dos integrantes do Sistema de Segurança Pública, a DNISP, BRASIL (2014, p.17) traz em seu corpo as diversas espécies de ISP, tratando de forma separada e com base nas atribuições constitucionais de cada instituição. Assim sendo, citamos a Inteligência Bombeiro Militar, a Inteligência Policial Militar, a Inteligência Policial Judiciária e a Inteligência Policial Rodoviária.

A Inteligência Policial Militar, por sua vez, é tratada pela DNISP (BRASIL 2014, p.17) como Espécie de Inteligência de Segurança Pública, e tem seu conceito assim descrito:

A atividade de Inteligência Policial Militar é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar o processo decisório; para o planejamento, execução e acompanhamento de assuntos de Segurança Pública e da Polícia Ostensiva, subsidiando ações para prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo exercida pelas AIs das Polícias Militares.

No Distrito Federal, temos o Sistema de Inteligência de Segurança Pública –



SISPDF<sup>6</sup>, criado por meio do Decreto nº 38.541, de 05 de outubro de 2017, com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública no Distrito Federal. Fazem parte desse sistema distrital, como agências efetivas, a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, o Centro de Inteligência do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Divisão de Inteligência Policial da Polícia Civil do Distrito Federal. Já a Subsecretaria de Inteligência - SI é a Agência Central do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal.

### 3 CICLO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA (CAI)

A primazia da Atividade de Inteligência é a produção de conhecimento e de acordo com Pereira (2009, p.28 apud ALMEIDA NETO, 2009, p. 50) pode ser entendida como a transformação do dado em conhecimento, por meio da utilização de determinado procedimento metodológico e de técnicas específicas.

Sobre o ciclo de inteligência, Pereira (2009, p.29 apud ALMEIDA NETO, 2009, p. 50) decorre desta forma:

Despiciendo lembrar que o método de construção do conhecimento de inteligência e, por conseguinte, o ciclo de tal atividade, foram forjados a partir de um específico critério de aceitabilidade da verdade, imbuído da primazia dos princípios da oportunidade e utilidade sobre a própria verificabilidade do conhecimento produzido.

Na Inteligência de Segurança Pública - ISP temos uma sequência lógica de produção do conhecimento pelo analista. A DNISP (BRASIL (2014, p.21) encerra o conceito do que é o Ciclo da Atividade de Inteligência como o processo contínuo que objetiva atender necessidades do usuário (decisor), composto, basicamente, por três etapas: Orientação, Produção e Utilização.

Esse assessoramento contínuo ao tomador de decisão tem sua gênese na etapa da Orientação, de três formas distintas: a primeira é a existência prévia de um Plano de Inteligência com suas demandas pré-definidas, onde os analistas já criam a sua rotina de produção baseada em necessidades elencadas como objetivos precípuos da agência de inteligência.

Outra forma de se iniciar o ciclo de produção é por meio de um pedido de inteligência oriundo de agência de inteligência externa. Nesse caso a demanda decorre da

<sup>6</sup> Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal - SISPDF, criado pelo Decreto nº 38.541, de 05 de outubro de 2017



junção da necessidade de conhecer da agência congênere com a sua incapacidade de produzir o respectivo conhecimento.

Nesse sentido, a produção de conhecimento advém de ordem direta da autoridade assessorada, em virtude da necessidade eventual de conhecimento sobre qualquer assunto pertinente. Esse tipo de demanda surge, principalmente, de necessidades imprevistas e decorrentes de mudança conjuntural no cenário político ou criminal. A proatividade do chefe da agência de inteligência, com base em seu tirocínio conjuntural em antever a necessidade de conhecimento sobre diversos assuntos relevantes pode facilitar esse assessoramento com a produção prévia do conhecimento.

Na etapa de Produção do Conhecimento faz-se necessária uma metodologia específica para tratamento do dado coletado para o assessoramento com a informação. A BRASIL descreve essa técnica e seus caminhos como sendo a Metodologia de Produção do Conhecimento (MPC).

Por derradeiro, o Ciclo da Atividade de Inteligência termina com a utilização pelo usuário final, o que pode gerar novas necessidades de conhecimento, mantendo o ciclo sempre em funcionamento.

### 3.1 Metodologia da Produção do Conhecimento (MPC)

O dado simples, mesmo que coletado por agente da ISP, não é produto final da Atividade de Inteligência. Os documentos de inteligência exigem uma análise prévia com metodologia própria por parte do agente de inteligência. A BRASIL (2014, p.19) trata de dado como sendo qualquer representação ainda não submetida, pelo profissional de ISP, à Metodologia de Produção do Conhecimento.

Temos que Platt (1974, p. 33-34) descreve a produção de Informações da seguinte forma:

A produção de informações abrange as ações que um analista ou oficial de informações executa quando recebe ordem de produzir uma informação sobre determinado assunto. Significa em suma, o processo pelo qual a massa de dados e informes é transformada numa Informação conclusiva, para utilização em nível de formulação ou ação política. Inclui todas as atividades ligadas ao planejamento, supervisão, revisão (editing) e coordenação da produção de informações.

Na visão de Kent (1967, p. 152-153), o método de produção de informações estratégicas possui sete passos ou estágios: 1. aparecimento do problema; 2. análise do problema; 3. busca de dados relacionados ao problema; 4. avaliação dos dados; 5. estudo dos



dados avaliados – momento da hipótese; 6. mais busca de dados – confirmação ou rejeição das hipóteses mais prováveis; e 7. apresentação.

Em caminho semelhante temos que Platt (1974, p. 102-107) também aponta sete fases no que ele chama de pesquisa de informações, quais sejam: 1. levantamento geral; 2. definição dos termos; 3. coleta de informes; 4. interpretação dos informes; 5. formulação de hipóteses; 6. conclusões; e 7. apresentação.

A metodologia utilizada na Inteligência de Segurança Pública, de acordo com a DNISP, BRASIL (2015, p.22-28), se traduz em um longo caminho para a produção do conhecimento, que transita por diversas fases bem definidas: Planejamento, Reunião de Dados, Processamento, Formalização e Difusão. A primeira delas é a fase de Planejamento, onde o profissional de ISP vai organizar e sistematizar de maneira lógica e funcional todo o trabalho a ser desenvolvido, determinando assuntos, prazos, lapso temporal, usuários, finalidade, aspectos essenciais do assunto, medidas de segurança e medidas extraordinárias.

Na fase de Reunião de Dados se busca reunir dados e conhecimentos que tragam uma resposta para o tema objeto de análise onde existem várias formas de se conseguir o dado para ser analisado. Desde buscas ao dado negado com operações de inteligência, passando por pesquisas em fontes abertas, até chegar ao ponto de grande interesse dessa pesquisa que é o acesso e a compilação técnica com análise de vínculos de dados coletados, inclusive dos armazenados em sistemas telemáticos de bancos de dados disponíveis.

Na fase de Processamento temos o trabalho intelectual na produção do conhecimento. O Conhecimento é produzido nesse momento e passa por etapas de avaliação, análise, integração e interpretação.

O analista de inteligência tem a opção de buscar, caso estejam disponíveis em sua agência ou em agências congêneres, as Técnicas Acessórias, que possuem metodologias próprias e são capazes de fornecer auxílio na produção do conhecimento pelo profissional de ISP.

### **3.2 Técnicas Acessórias – Análise Criminal (AC) e Análise de Risco (AR)**

As Técnicas Acessórias de Inteligência compreendem uma análise com metodologia própria e que auxiliam na compreensão do analista e já entregam informações depuradas para análise final de inteligência. A Doutrina de Inteligência de Segurança Pública (DNISP, 2014) lista as três principais técnicas: a Análise de Risco, a Análise Criminal e a Análise de Vínculos.



No que se refere à Técnica de Análise Criminal, o analista busca produzir seu conhecimento buscando padrões e tendências criminais, sempre de forma a tornar claras para a autoridade assessorada as características do crime e demais informações conexas, como o georeferenciamento. O produto final da AC é basicamente visual e gráfico, de forma que o decisor compreenda facilmente o que os dados desvinculados não conseguem fazer.

Segundo Bernardes (2015, p.8), o profissional de inteligência que trabalha com a AC tem a tarefa de decodificar o universo de informações, realizar estatísticas, utilizar softwares capazes de fazer o mapeamento da criminalidade, decifrar amostras aleatórias, elaborar estudos de correlação, regressão e probabilísticos.

A Análise de Risco - AR tem por missão identificar, eliminar ou mitigar e depois criar ferramentas de controle do risco. Como técnica acessória de inteligência busca difundir para a autoridade assessorada o conhecimento de riscos detectados após a aplicação de uma metodologia específica, propondo medidas de controle para esses riscos.

Diante das diversas incertezas que compõem o processo de tomada de decisão, a AR tem por finalidade identificar e analisar os riscos que envolvam os diversos desdobramentos que uma decisão pode acarretar.

A Norma NBR ISO 31000/2018, descreve o risco como sendo o efeito da incerteza nos objetivos e descreve que a eficácia da gestão de riscos dependerá da sua integração na governança e em todas as atividades da organização, incluindo a tomada de decisão. Isto requer apoio das partes interessadas, em particular da Alta Direção. Por fim, descreve o propósito da Análise de Risco:

O propósito da análise de riscos é compreender a natureza do risco e suas características, incluindo o nível de risco, onde apropriado. A análise de riscos envolve a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, consequências, probabilidade, eventos, cenários, controles e sua eficácia. Um evento pode ter múltiplas causas e consequências e pode afetar múltiplos objetivos. (NBR ISO 31000/2018)

Na DNISP (BRASIL, 2014) temos o conceito de Análise de Riscos delimitado como sendo o conjunto de procedimentos que identificam, quantificam e analisam ameaças e vulnerabilidades aos ativos da Segurança Pública e da defesa social, elaborada com a finalidade de apontar alternativas para mitigar e controlar os riscos.

De acordo com De Andrade (2018, p.94), a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, assim como as Forças Armadas brasileiras, desenvolvem suas metodologias de Análise de Risco na atividade de inteligência no Ramo da Contrainteligência:



No Brasil, destaca-se a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) que, desde 2005, desenvolve a Metodologia ARENA (Análise de Riscos com Ênfase na Ameaça), como atribuição do Departamento de Contraineligência (DCI/ABIN), possuindo três vertentes de elaboração de Análises de Riscos: Segurança da Informação, Proteção de Infraestruturas Críticas e Grandes Eventos. As Forças Armadas brasileiras também têm empregado a AR, com foco na segurança orgânica, no ramo de Contraineligência. DE ANDRADE (2018, p.94)

#### 4 TÉCNICA ACESSÓRIA DE ANÁLISE DE VÍNCULOS (AV)

Não obstante a possibilidade de se realizar, manualmente, a integração de dados disponíveis para uma exposição correlacionada, temos que considerar esse trabalho muito dispendioso e praticamente impossível de acontecer de modo satisfatório. Quando falamos de vincular dados para produção de conhecimento, essa fonte de dados se presume de tamanho compatível apenas com os grandes sistemas computacionais de banco de dados. Dessa forma, a técnica de Análise de Vínculos depende da Tecnologia da Informação e um repositório de dados com qualidade.

Para Romão (2014, p.51), temos o relato de que o primeiro trabalho com Análise de Vínculos do Departamento de Polícia Federal brasileiro ocorreu após o assalto ao Banco Central do Brasil em Salvador/BA. O Agente José Adone de Oliveira Bezerra desenvolveu o Sistema de Análise Matricial de Chamadas Telefônicas – SISMAT com o objetivo de documentar e analisar as chamadas eletrônicas de pessoas investigadas. Logo depois esse sistema passou a compor um módulo do Projeto X, que era uma plataforma de banco de dados que estava sendo desenvolvida por policiais de outros países e trabalhava em conjunto com o software I2<sup>7</sup>, da empresa IBM.

De acordo com Júnior e Dantas (2007, p.2), a Análise de Vínculos representa uma verdadeira mudança de paradigma no que se refere à formação do conhecimento policial e decorre de um súbito desenvolvimento da TI e de suas novas possibilidades.

Com capacidade de integrar diferentes bancos de dados e buscar correlações entre esses dados, as ferramentas de Análise de Vínculo fazem trabalho rápido e entregam um resultado de forma gráfica, de fácil entendimento, com as possíveis ligações dos entes pesquisados que facilitam sobremaneira o entendimento do analista de inteligência na confecção de seu assessoramento.

Para Júnior e Dantas (2007, p.2), temos que:

---

<sup>7</sup> Software I2 foi criado em Cambridge pela empresa I2 Limited. Comprado pela IBM e batizado de IBM i2 Analyst's Notebook, ajuda analistas e investigadores a revelar e interpretar relacionamentos e padrões escondidos nos dados obtidos de várias fontes, transformando suas buscas em um gráfico e diagramas analíticos



Análise de Vínculos representa um novo e poderoso instrumento de análise disponível para o controle do crime, criminosos e questões conexas. Talvez o que a Análise de Vínculo possua de mais significativo ainda, de maneira mais específica, seja o fato de poder exibir vínculos delitivos em apresentação gráfica, o que possibilita a ampliação do conhecimento. JÚNIOR E DANTAS (2007, p.2)

A tecnologia revolucionou a Análise de Vínculos trazendo o processamento telemático para as funções de rotina. Os softwares correlacionam esses dados de acordo com os parâmetros estipulados pelo programador e entregam suas associações para o analista de inteligência. Ocorre que esse analista tem por obrigação aplicar a Técnica de Avaliação de Dados - TAD para certificar-se de que os dados entregues pelo programa têm coerência, compatibilidade e razoabilidade, pois é possível que os parâmetros de pesquisa utilizados pelo analista junto ao software representem premissas inválidas. Uma comparação interessante citada por Júnior e Dantas (2007, p.15) correlaciona a Análise de Vínculos com uma técnica de mineração de dados, na qual é possível estabelecer conexões entre registros com o propósito de desenvolver modelos baseados em padrões de relações.

#### 4.1 Integração de Bancos de Dados

Um exemplo clássico na mudança de paradigma no campo da inteligência foi a reformulação no sistema americano de inteligência. Com agências pouco integradas, as informações relevantes sobre terrorismo não circulavam em um canal adequado, fazendo com que as frações significativas, de forma isolada, não conseguissem fornecer o conhecimento necessário para ações antiterrorismo.

Temos que para Merola (2015, p.42, apud WRIGHT, 2006), tanto a CIA quanto o FBI não demonstravam indícios significativos de cooperação em questões relacionadas ao terrorismo, antes dos ataques de 2001. Longe disso, ambas as agências não compartilhavam dados vitais acerca de grupos terroristas, permitindo que os componentes de análise das forças de segurança permanecessem desinformados frente ameaças. De acordo com o site Office of The Director of National Intelligence – ODNI<sup>8</sup> está claro que os ataques de 11 de setembro de 2001 impulsionaram o antigo apelo por uma grande reforma da inteligência e a criação de um Diretor de Inteligência Nacional. As investigações pós-11 de setembro incluíram uma investigação conjunta do Congresso e a Comissão Nacional de Ataques Terroristas contra os

<sup>8</sup> Office of The Director of National Intelligence – ODNI é a Agência responsável pela Inteligência e Prevenção ao Terrorismo desde 2004, nos Estados Unidos. O diretor é o chefe da comunidade de Inteligência americana e supervisiona o Programa Nacional de Inteligência (NIP).



Estados Unidos, mormente conhecida como Comissão do 11 de setembro. O relatório da Comissão do 11 de setembro de julho de 2004 propôs mudanças radicais na Comunidade de Inteligência, incluindo a criação de um Diretor Nacional de Inteligência.

No Brasil, os bancos de dados das agências de inteligências de segurança pública são produtos de repositórios das próprias instituições. A qualidade dos dados depende exclusivamente do preparo de seus gestores em garantir que seus subordinados integrem dados com qualidade.

É certo que a utilização de ferramentas telemáticas é fundamental para o sucesso da Técnica de Análise de Vínculos. Os dados armazenados nos diversos bancos de dados disponíveis, tanto da esfera policial, com seus boletins de ocorrência, multas e cadastros, como também de instituições públicas e privadas, de acesso franqueado à atividade de inteligência policial militar, por meio de termos de cooperação, os quais são muito frequentes na atualidade, com a simples disponibilização, como nos casos de empresas prestadoras de serviços com concessões públicas.

A cooperação interagências com concessão mútua de banco de dados em atividade de inteligência tem sido cada vez mais frequente. Órgãos de trânsito, por exemplo, disponibilizam seus bancos de dados com o cadastro de motoristas e veículos com várias informações úteis para a inteligência, sendo fonte riquíssima para a produção do conhecimento.

## **5 ANÁLISE DE VÍNCULOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CI-PMDF**

O Centro de Inteligência da PMDF não tem em seu organograma uma estrutura consolidada para o trabalho com a técnica de Análise de Vínculos na produção do conhecimento. Ao contrário da técnica de Análise Criminal, que dispõe de uma Seção específica em sua estrutura para a temática, com policiais capacitados e expertise consolidada no tempo, o trabalho com a técnica de Análise de Vínculos no CI/PMDF fica restrito aos poucos analistas com conhecimento no assunto, de forma descentralizada. Mesmo contando com vários bancos de dados de outras instituições, disponibilizados por meio de acordos de cooperação técnica, não existe software contratado e disponível para ser utilizado na integração dos bancos de dados.

Na Seção de Inteligência - SI do CI/PMDF a técnica de Análise de Vínculos tem seu emprego de forma pontual e isolada. Com responsabilidade, entre outras, de produzir conhecimento acerca de pessoas relacionadas ao crime organizado, a Seção de Inteligência



seleciona os casos de interesse e os correlaciona com a consulta nos banco de dados disponíveis, integrando e vinculando manualmente seus pontos de interesse, sem metodologia consolidada.

Na Seção de Contraineligência também há necessidades de uso da técnica de AV, pois ali se trabalham várias atribuições de segurança orgânica e investigação social dos seus integrantes, que são supridas por analistas em consultas correlacionadas nos sistemas disponíveis, ou solicitadas a agências congêneres parceiras.

Por outro lado, o Centro de Inteligência da PMDF tem em sua estrutura uma subseção específica para a Operação Atena, que utiliza amplamente a técnica de Análise de Vínculos, com metodologia de produção do conhecimento própria, realizando manualmente as correlações dos bancos de dados de diferentes corporações. Essa operação é regulada pela Portaria Reservada PMDF Nº 1.228 e os analistas que trabalham na Operação Atena assessoram operacionalmente o policiamento ostensivo na busca e recuperação de veículos envolvidos em crimes ou que tenham vínculos com criminosos. O Artigo 1º da referida portaria da Operação Atena, em seus incisos I e II do parágrafo 1º, explicitam bem o contexto de aplicação das ferramentas de tecnologia e também do compartilhamento de banco de dados.

Art. 1º Aprovar o Plano de Operação Atena, na forma do Anexo Único, concernente aos procedimentos técnicos e à gestão por resultados na atuação policial militar na redução dos crimes contra a vida, contra o patrimônio e à violência em geral, restrita aos roubos e furtos de automóveis e demais atividades delitivas com suporte de veículos. § 1º As ações descritas no caput compreendem, dentre outros: I - o emprego de equipamentos, tecnologia e métodos, considerando o uso de ferramentas de inteligência modernas, padronizadas e integradas para a produção de conhecimento, em conformidade com a legislação aplicável; e II - a integração, o intercâmbio, a interoperabilidade e o compartilhamento de informações, de conhecimento, de ações estratégicas e operacionais e de atividades de inteligência entre instituições, órgãos e agências locais nacionais e estrangeiras.

Dados da Operação Atena do Centro de Inteligência, com seu trabalho de assessoramento operacional, apresentam resultados relevantes no contexto de Inteligência de Segurança Pública. Nesse gráfico (1) de produtividade para o ano de 2021 temos um total de 1748 veículos com envolvimento em crimes recuperados ou abordados, com uma média mensal, até novembro de 2021, de 159 veículos recuperados por mês.



Figura 1. Dashboard do sistema de controle da Operação Atena



Fonte: CI / PMDF. Acesso em 02 de dezembro de 2021

No trabalho de análise, a identificação e localização de veículos relacionados a crimes ultrapassam a simples recuperação de um veículo, pois também conseguem estabelecer vínculos com foragidos da justiça que são proprietários de veículos, identificar veículos com placas clonadas, veículos envolvidos em homicídios, tráfico de drogas e roubos etc.

A Operação Atena utiliza, portanto, mesmo sem ter ainda um software específico, a Técnica de Análise de Vínculos no assessoramento ao policiamento ordinário, ou seja, a abordagem policial orientada pela inteligência.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: PESQUISA NAS INTELIGÊNCIAS POLICIAIS MILITARES DO BRASIL

A pesquisa, no âmbito da Inteligência Policial Militar, buscou compreender a utilização da técnica acessória de Análise de Vínculos na Metodologia de Produção do Conhecimento de Inteligência. Teve como público-alvo os chefes das agências centrais de Inteligência Policial Militar dos diversos estados brasileiros. Com uma amostra total de vinte e seis Estados e mais o Distrito Federal, obtivemos resposta de quinze Agências de Inteligência Policiais Militares, totalizando 55,55% do total.

O objetivo, inicialmente, foi identificar se existe o uso das Técnicas de Análise

Criminal, Análise de Risco e Análise de Vínculos, na Inteligência Policial Militar, considerando que, apesar de não serem as únicas, são as três técnicas descritas na DNISP (2014, p.28). Na tabela 1, com números próximos de 60%, percebemos que as agências utilizam as três técnicas, porém não o fazem em uma seção ou divisão específica:

Tabela 1. Utilização das Técnicas Acessórias nas Inteligências Policiais Militares

Estrutura/Técnica	Tem estrutura exclusiva para essa Técnica	Tem estrutura para essa Técnica, mas junto com outras atribuições	Não trabalha com essa Técnica
Análise Criminal	33,3%	53,3%	13,3%
Análise de Risco	6,7%	60%	33,3%
Análise de Vínculos	13,3%	60%	26,7%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à formação do analista especialista em Análise de Vínculos, temos um gráfico que expõe a dificuldade de formação desse profissional. Apenas 20% dos respondentes relataram que suas agências formam seus analistas de AV na própria instituição.

Gráfico 1. Distribuição das agências de Inteligência de acordo com a formação

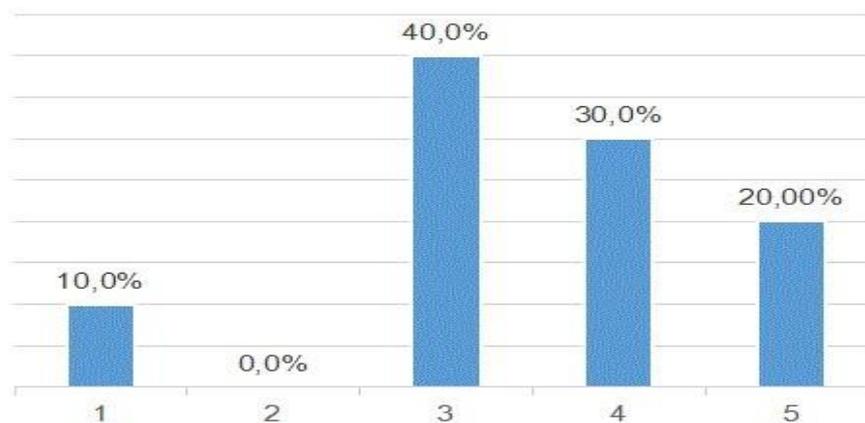


Fonte: Elaboração própria

Um total de 53,3% dos entrevistados confirmou que dispõe de softwares adquiridos ou contratados para uso com Análise de Vínculos, dentre os citados temos destaque para o I2

Analyst's Notebook da empresa IBM. Quando perguntado se os respectivos softwares atendem a finalidade, em uma escala onde 1 seria não atendem e 5 atendem plenamente, obtivemos que 20% dos respondentes relatou que atende plenamente à finalidade.

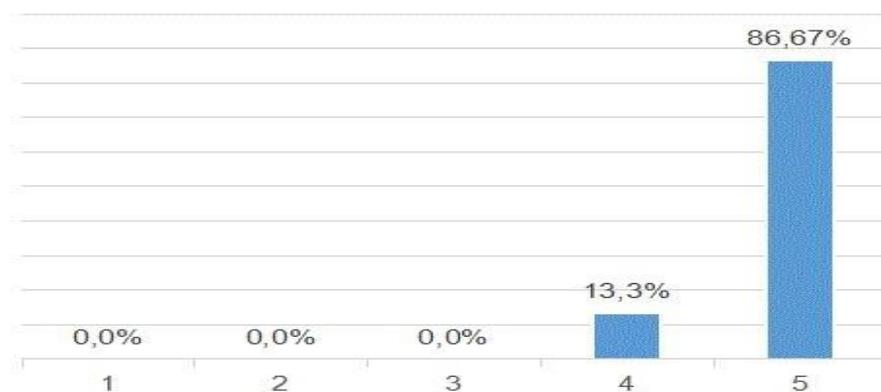
Gráfico 2. Distribuição das agências de inteligência segundo propriedade de softwares para uso com Análise de Vínculos



Fonte: Elaboração própria

Um resultado que chamou a atenção foi a relevância da Técnica de Análise de Vínculos. Na escala onde 1 (um) seria nenhuma relevância e 5 (cinco) muito relevante, temos que 86,67% dos chefes das agências reputaram com muito relevante na produção do conhecimento, o que coaduna também com uma demanda muito significativa das agências pela técnica, inclusive se valendo de agências congêneres em apoio, por meio de pedidos de busca, para o fornecimento do produto da AV.

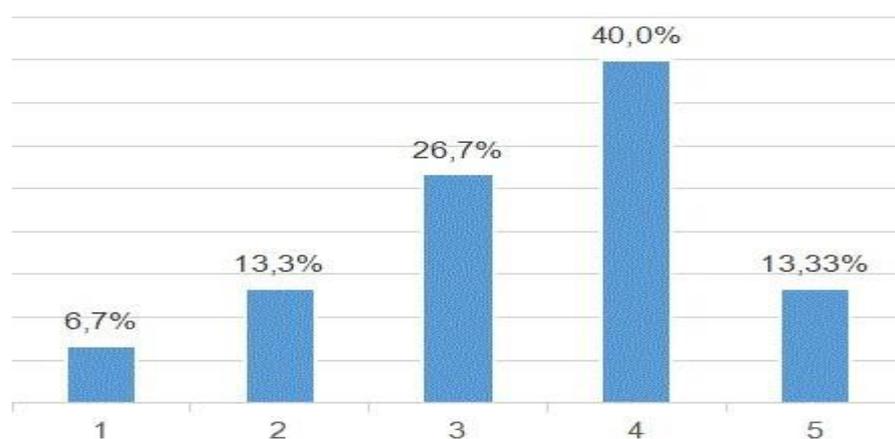
Gráfico 3. Distribuição das agências de inteligência segundo a relevância da Análise de Vínculos



Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao acesso aos diversos bancos de dados e sua importância no trabalho com análise de vínculos, perguntamos para essa amostra se os bancos de dados disponíveis para as respectivas agências de inteligência atendem plenamente as demandas, onde 1(um) seria não atendem e 5(cinco) atendem plenamente. Apenas 13% dos chefes responderam que sim.

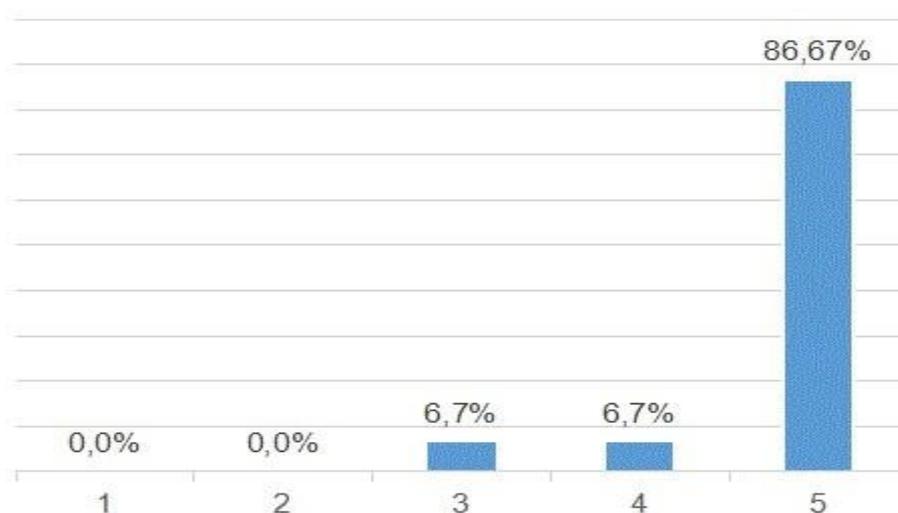
Gráfico 4. Distribuição das agências de inteligência segundo o atendimento de demandas



Fonte: Elaboração própria

Quando perguntado se haveria interesse em participar de uma integração das bases de dados das polícias militares do Brasil, em uma escala onde 1(um) seria nenhum interesse e 5 (cinco) muito interesse, quase 90% da amostra se apresentou muito interessada, ou seja, existe um claro espaço para melhora da integração de dados.

Gráfico 5. Distribuição das agências de inteligência segundo o interesse em participar de integração de dados entre as polícias militares



Fonte: Elaboração própria

Ao final do questionário foi disponibilizado um campo aberto para inserção de texto com comentários sobre boas práticas e opiniões acerca do tema. Dentre estes ressaltamos a preocupação com a padronização das bases de dados de forma que possam ser integradas em um futuro. Também percebemos a dificuldade de formação específica na área de Análise de Vínculos, bem como a carência de recursos para investimento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atividade de Inteligência, de forma geral, e mais especificamente a Inteligência de Segurança Pública – ISP, vem buscando, nos últimos anos, novos mecanismos e ferramentas para uma produção do conhecimento com mais qualidade. Com a finalidade de assessorar o processo decisório para a tomada da melhor decisão, a ISP tem a capacidade de mitigar riscos, reduzir perdas, melhorar o processo de produção, economizar capital financeiro e humano, entre outros vários atributos.

Ao mesmo tempo em que os avanços na tecnologia facilitaram diversas rotinas de trabalho, que anteriormente eram feitas em grandes arquivos manuais, temos na atualidade muitos dados agregados, das mais variadas fontes, oriundos de empresas públicas e privadas, que passaram a controlar seus dados através de bancos de dados informatizados, o que facilitou o trabalho de busca de dados para a produção do conhecimento.

Esses dados, disponíveis por meio de bancos de dados próprios ou cedidos por

terceiros, aliados ao que existe em fontes abertas na rede mundial de computadores, tornam-se terreno fértil para o trabalho de Análise de Vínculos. Com softwares cada vez mais especializados nessa seara, o analista de inteligência dispõe da técnica de AV cada vez mais aperfeiçoada para entregar um produto confiável, preciso e em tempo oportuno, que a habilidade humana, definitivamente, não seria capaz de realizar manualmente.

Após uma pesquisa de campo formulada e distribuída para os gestores das inteligências policiais militares de diversos Estados brasileiros, buscou-se compreender a aplicação da técnica acessória de Análise Criminal, Análise de Risco e Análise de Vínculos, em um primeiro momento. Logo após, com o foco na Técnica de Análise de Vínculos, a pesquisa buscou entender se essas agências de inteligência policiais militares conheciam a técnica de AV, se possuíam bancos de dados e softwares disponíveis, se faziam uso da AV, se os profissionais eram capacitados e, finalmente, buscou-se entender se uma integração dos bancos de dados das polícias militares do Brasil seria útil para a respectiva agência.

Temos, portanto, o entendimento de que, no Ciclo da Atividade de Inteligência de Segurança Pública e, conseqüentemente, na Metodologia da Produção do Conhecimento, as Técnicas Acessórias de Análise Criminal, Análise de Risco e Análise de Vínculos, entre outras, se tornaram fundamentais para a melhoria da qualidade do assessoramento prestado pelo órgão de inteligência.

No que concerne à Análise de Vínculos, como técnica de metodologia própria, esta tem papel fundamental para o analista de inteligência poder compreender os diversos elos que permeiam os seus objetos de busca, algo que sem o advento da tecnologia telemática na reunião e processamento desses dados, seria praticamente impossível.

Dentre as limitações desta pesquisa, não foi possível conseguir a participação de todas as Agências de Inteligência Policiais Militares. Temos que quinze gestores de agências responderam, isto em uma amostra total de vinte e sete. Alguns fatores contribuíram para que esse universo não fosse maior e podemos citar o tempo exíguo de produção, a falta de acesso direto aos respectivos gestores para debater a importância do tema e ainda podemos inferir que um receio de expor a agência em plataforma *on-line* de pesquisa por ser um assunto de extrema sensibilidade. A perspectiva futura de aprimoramento dos resultados da pesquisa passa pela conscientização e sensibilização da importância do estudo, que pode ser feita em um próximo encontro nacional ou evento que conte com a representação desses integrantes.

Desta forma, fundamental é a especialização de agentes de inteligência do Centro de Inteligência da PMDF na referida técnica, a aquisição e treinamento de softwares específicos e a manutenção de uma política constante de busca por acesso aos mais variados bancos de



---

dados. Nesse mesmo sentido temos que é de extrema relevância a designação de uma estrutura física e organizacional para se trabalhar com AV, onde serão criadas referências, doutrinas, expertises e consolidada a técnica de AV no decorrer do tempo.



**REFERÊNCIAS**

ABNT. Gestão de Riscos – Princípios e diretrizes. NBR ISO 31000. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2009.

ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

BRASIL, Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 22 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, Cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.1, 08 dez. 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, 4ª Ed. 2015.

BRASIL. Portaria nº 2, de 12 de janeiro de 2016. Aprova a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, 4ª edição, de acordo com as deliberações do Conselho Especial do SISP a legislação penal e processual penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 22, 25 jan. 2016.

**BARBOSA, Adriano Mendes. A atividade de inteligência de Segurança Pública.** Revista Brasileira de Ciências Policiais, v. 2, n. 1, p. 11-30, 2012.

BERNARDES, Paulo Ventura Silva. Análise Criminal como Instrumento de Produção de Conhecimento. Instituto de Pós-Graduação & Graduação (IPOG), v. 7, p. 8, 2015.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia. FGV Editora, 2003.

PEREIRA, Cláudia Vieira. A Atividade de Inteligência como Instrumento de Eficiência no Exercício do Controle Externo pelo Tribunal de Contas Da União. 2009.

**DE ANDRADE, Felipe Scarpelli. Análise de Riscos e a Atividade de Inteligência.** Revista Brasileira de Ciências Policiais, v. 8, n. 2, p. 90-116, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 38.541, de 05 de outubro de 2017. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública no Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 193, 6 out.2017.

JUNIOR, Celso Moreira Ferro e DANTAS, George Felipe de Lima. A descoberta e a análise de vínculos na complexidade da investigação criminal moderna. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1441, 12 jun. 2007. Disponível em:  
Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10002>. Acesso em: 20 dez. 2021.

KENT, Sherman. Informações estratégicas. Trad. Cel. Hélio Freire. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1967.

**MEROLA, Victor. A Reforma do Sistema de Inteligência dos Estados Unidos (2002-2015) / Victor Merola. 2015**

Office of The Director of National Intelligence – ODNI. Toda Matéria, 2021. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/who-we-are/history>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.



---

PLATT, Washington. A produção de informações estratégicas. Trad. Capitão Heitor Aquino Ferreira e Major Álvaro Galvão Pereira. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

**ROMÃO, Cide Ferreira. A Utilização de Ferramentas de Análise de Vínculos no Combate aos Crimes de Lavagem de Ativos. Revista Brasileira de Ciências**

Policiais, v. 4, n. 1, p. 35-67, 2014.

WRIGHT, L. The Looming Tower: Al-Qaeda and the road to 9/11. Nova York: Vintage Books, 2006.

